

## Presidente Lula assina MP que garante reajuste de 5,4% no piso do magistério para 2026

*Medida assinada na última quarta-feira (21) muda o cálculo do reajuste para garantir ganho real e valorização permanente; a fórmula anterior previa reposição de apenas 0,37%*

O presidente Lula assinou, na última quarta-feira (21), a Medida Provisória que trata da atualização do cálculo do piso nacional do magistério. Com a nova regra, o reajuste que seria de apenas 0,37%, será de 5,4% neste ano. Na comparação com o valor de 2025, o piso passará de R\$ 4.867,77 para R\$ 5.130,63 em 2026, para uma jornada de 40 horas semanais. O percentual representa ganho real de 1,5% acima da inflação medida pelo INPC de 2025, que foi de 3,9%. A decisão ocorre após a cobrança das entidades sindicais que defendem os(as) trabalhadores(as) da educação.

De acordo com o governo, o texto da MP altera a Lei nº 11.738/2008 para definir que o piso do magistério passa a ser atualizado anualmente a partir da soma do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior e de 50% da média da variação da receita do Fundeb nos cinco anos anteriores. Também é previsto que o percentual estabelecido nunca poderá ser inferior à inflação do ano anterior, apurada pelo INPC. Pela fórmula anterior, o reajuste anual era calculado com base na comparação do valor aluno-ano do Fundeb dos dois últimos anos, o que resultou no índice de 0,37%, previsto inicialmente para este ano.

Com a decisão do Presidente Lula, o piso salarial nacional dos(as) profissionais do magistério que atuam nas redes públicas de educação básica deve manter o poder de compra e ganho salarial real, em consonância com a meta 17 do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece a valorização desses(as) trabalhadores(as). A nova fórmula é a proposta defendida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) no Fórum do Piso, mas que, segundo a entidade, não chegou a ser encaminhada no ano passado devido ao “boicote” do Conselho Nacional de Secretários de Educação.



Foto: Ricardo Stuckert/PR

**Assinatura de mensagem ao Congresso Nacional de encaminhamento da MP do piso do magistério**

*O que nós queremos é a valorização dos professores e professoras. Isto também vai fortalecer o nosso debate para a aprovação da lei do piso para os funcionários de escola, que está no Senado. Fortalecendo o piso do magistério, nós fortalecemos a luta também para alcançar o piso dos funcionários e funcionárias da educação”, avalia a secretária de Assuntos Jurídicos da APP-Sindicato e vice-presidente da CNTE, Marlei Fernandes.*

O Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) do Magistério Público da Educação Básica é o valor mínimo que os(as) professores(as) devem receber em todo o território brasileiro. Tanto o piso quanto o reajuste anual são conquistas de lutas da categoria.

Essas políticas públicas estão determinadas na Lei 11.738/2008, proposta pelo então ministro da Educação, Fernando Haddad, e sancionada por Lula. Desde que a norma entrou em vigor, o salário inicial do magistério saltou de apenas R\$ 950, em 2008, para o valor anunciado hoje, de R\$ 5.130,63.

A atualização com o novo valor do piso do magistério será publicada em portaria assinada pelo Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, e foi calculada com base nos novos critérios previstos na medida provisória. As remunerações dos(as) profissionais da educação básica são pagas pelas redes de ensino de estados e municípios, a partir de recursos do Fundeb, bem como de complementações da União. Cada ente federado precisará oficializar o valor por meio de norma própria.

## Diretoria da APP-Sindicato entrega ao ministro da Educação carta com denúncias reivindicações

*Sindicato pede providências sobre ações e programas do governo Ratinho Jr. que têm gerado repercussões graves na vida dos(as) educadores(as) e no ambiente escolar*

Integrantes da diretoria estadual da APP-Sindicato entregaram ao ministro da Educação, Camilo Santana, um documento com denúncias sobre práticas e programas implementados pelo governador Ratinho Jr. (PSD) na rede estadual de ensino. Na carta, o sindicato destaca a afronta aos princípios constitucionais e diretrizes nacionais da educação, com repercussões graves na vida dos(as) educadores(as) e sobre o ambiente escolar, e pede que o Ministério da Educação tome providências.

Entre os temas abordados, estão a violação da autonomia do trabalho docente, a militarização, a terceirização e privatização nas escolas, gestão democrática, a carreira do magistério, a organização do trabalho pedagógico e o processo de ensino e aprendizagem. A entrega aconteceu em um encontro com o ministro, durante sua passagem por Curitiba na última terça-feira (20), onde ele anunciou novos investimentos do governo do presidente Lula (PT) no Paraná.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### ASSEMBLEIA MUNICIPAL ORDINÁRIA DAS/ OS TRABALHADORAS/ES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE KALORÉ

O presidente do Núcleo Sindical de Apucarana da APP-SINDICATO, no uso de suas atribuições estatutárias e de acordo com o Regimento de Eleição das Direções Municipais resolve convocar as/os trabalhadoras/es em educação pública da rede municipal de educação de Kaloré para participarem da Assembleia Municipal Extraordinária, a ser realizada no dia 30/01/2026, às 17h (dezesete horas) em primeira convocação e às 17h30 (dezesete horas e trinta minutos), em segunda convocação, no formato on-line (plataforma Zoom) a fim de deliberar acerca da seguinte pauta: 1) Eleição da Direção Municipal para a gestão vigente; 2) Definição das mensalidades da categoria; 3) Outros assuntos.

Isabel Cristina de Oliveira Azevedo  
 Presidente do Núcleo Sindical de Apucarana